
INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR COM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i3.37903>

Luiz Fernando Garcia de Almeida *
Elisabeth Rossetto **

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. nando77_garcia@hotmail.com

** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. erossetto2013@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva verificar se as disciplinas ofertadas na matriz curricular de um curso de Licenciatura em Educação Física da Região Oeste do Paraná abordam conteúdos ou temas que envolvem o trabalho pedagógico junto a alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino regular. Optou-se por uma pesquisa exploratória caracterizada como um Estudo de Caso. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário para 19 professores que compuseram o corpo docente do curso no ano letivo de 2016. Os dados foram analisados sob a ótica da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Constatou-se, que do total de 36 disciplinas ofertadas no referido ano, 16 abordam conteúdos sobre essa temática e duas são específicas na área da Educação Especial. Dessas 16 disciplinas, em concordância com os planos de ensino, em oito disciplinas são abordados esses conteúdos e os professores afirmaram seguir o proposto nos planos. Já nas outras oito disciplinas nas quais os planos de ensino não contemplam tais conteúdos, os professores também afirmaram abordá-los, ressaltando a importância das políticas de educação especial e do contexto escolar que cada vez mais tem recebido alunos com necessidades educacionais especiais. Palavras-chave: educação, educação especial, ensino regular.

Abstract: Interdisciplinarity in the initial formation of the physical education teacher to work with students with special educational needs. The present article aims to verify if the disciplines offered in the curriculum matrix of a Physical Education degree course from western region of Paraná State address contents or themes involving the pedagogical work with students with special educational needs inserted in regular education. We chose an exploratory research characterized as a case study. The data collection occurred through the application of a questionnaire to 19 teachers who composed the faculty of the course in the academic year of 2016. Following, the data were analyzed from the point of view of the content analysis technique proposed by Bardin (2011). It was verified that, from the total of 36 disciplines offered in that year, 16 deal its contents with this subject and two are specific in the area of special education. Of these 16 disciplines, in agreement with the teaching plans, in eight disciplines, these contents are contemplated and the professors affirmed to follow the proposed in the plans. In the other eight disciplines which the teaching plans do not contemplate such content, teachers also affirmed to approach them, emphasizing the importance of special education policies and the school context that has increasingly received students with special educational needs.

Keywords: education, special education, regular education.

Introdução

A Educação Física, ao longo de sua história, tem adaptado suas características no sentido de atender as necessidades e interesses da sociedade e das pessoas nos mais diversos ambientes, dentre eles o ambiente escolar. Desse modo, torna-se relevante refletir sobre o trabalho pedagógico do professor com alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, é importante também refletir a respeito da formação inicial do professor de Educação Física para atuar com esses alunos. Segundo Borella (2010), discorrer sobre essa temática no contexto educativo é uma tarefa que, cada vez mais, representa importantes avanços na efetivação do trabalho pedagógico da Educação Física junto a alunos com necessidades educacionais especiais.

Para que esse trabalho pedagógico tenha êxito, no decorrer da formação inicial do professor, devem ser proporcionados conhecimentos no campo da educação especial por meio de projetos de pesquisa, extensão, estágios supervisionados e as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Estudos apontam que tais conhecimentos são oportunizados, na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, por uma disciplina específica relacionada à educação especial que visa proporcionar subsídios teóricos e práticos para o trabalho pedagógico junto a alunos com necessidades educacionais especiais (Silva & Araújo, 2005; Gomes, 2007; Borella, 2010; Ferreira, Lopes, Ferreira & Nista-Piccolo, 2013). Todavia, entende-se que o processo de formação inicial ocorre durante todo o período da graduação e, nesse caso, as demais disciplinas também contribuiriam com esse processo, uma vez que somente uma pode não ser suficiente para que o professor obtenha uma formação voltada ao trabalho com a diversidade.

Segundo Gomes (2007) e Borella (2010), as disciplinas específicas voltadas aos alunos com necessidades educacionais especiais não devem ser trabalhadas de modo isolado, mas sim articuladas com as demais que compõem a matriz curricular do curso, no intuito de conceber uma formação inicial que possa contemplar conhecimentos referentes às necessidades desses alunos, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Diante desse contexto, o presente artigo objetiva verificar se as disciplinas ofertadas na matriz curricular de um curso de Licenciatura

em Educação Física da região oeste do Paraná abordam conteúdos ou temas que envolvam o trabalho pedagógico junto a alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino regular.

A formação inicial do professor de Educação Física no contexto das disciplinas que compõem as matrizes curriculares nos cursos de licenciatura

Ao se falar no trabalho pedagógico junto a alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino regular, não se pode deixar de considerar o percurso do professor ao longo da sua formação inicial. Ou seja, cabe refletir sobre os conhecimentos e conteúdos teórico-práticos vivenciados na graduação referentes ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos, além dos diversos elementos que compõem a educação especial na perspectiva da educação inclusiva¹.

Ressalta-se que, a partir da década de 1980, os cursos de Educação Física incluíram em suas matrizes curriculares disciplinas com conteúdos voltados a esses alunos. De tal modo, a área da Educação Física foi uma das primeiras a contemplar, nas matrizes curriculares, conteúdos direcionados às práticas esportivas e pedagógicas envolvendo esse público, de forma a atender à recomendação da Resolução n. 03 (1987).

Para Silva e Araújo (2005), a inclusão desses conteúdos contribuiu com o processo de participação de todos os alunos nas aulas, uma vez que buscou oferecer condições aos professores para que, em suas práticas pedagógicas, pudessem contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais, distanciando-se de práticas que não visassem contemplar as características desse alunado.

Segundo Gomes (2007), a inserção de disciplinas voltadas a essa temática pode determinar a qualidade na formação inicial dos acadêmicos. Assim, reitera-se a relevância dessas disciplinas em relação ao propósito dos cursos

¹De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 01), a Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e, ainda, que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

de licenciatura em formar professores capazes de atender a todos os alunos, independente de suas necessidades (Gomes, 2007).

A relevância de uma disciplina com conteúdos voltados aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de Licenciatura em Educação Física foi evidenciada por meio da Resolução n. 07 (2004), pois, de acordo com Borella (2010), as diretrizes desse documento asseguram às IES a organização do currículo, estabelecem os marcos conceituais fundamentais dos perfis profissionais desejados, permitem a elaboração de ementas, definem a carga horária das disciplinas e suas respectivas denominações, bem como contemplam as peculiaridades regionais.

Desse modo, conforme o Art. 7º da Resolução n. 07 (2004), em relação à autonomia das IES na organização das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos, é disposto que

cabará à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

A respeito dessas questões, Borella (2010) considera que, com a elaboração de uma disciplina bem estruturada voltada ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, pode-se conceber uma formação que ofereça subsídios ao futuro professor para enfrentar desafios educacionais e/ou sociais, além de também valorizar uma postura crítica, reflexiva e participativa que contribua na construção da cidadania e da autonomia de todos os alunos.

Entretanto, conforme mencionado na introdução deste artigo, há de se considerar a possibilidade de outras disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Física abordarem conteúdos que envolvam o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Gomes (2007), a interdisciplinaridade apresenta-se de maneira positiva, uma vez que a

difusão desses conhecimentos, no decorrer do curso, pode contribuir com a formação inicial do futuro professor para o trabalho pedagógico junto a esses alunos. Borella (2010) corrobora esse entendimento ao afirmar que somente as disciplinas específicas voltadas a essa temática, por si sós, podem não garantir futuros profissionais capacitados para atuar junto a esses alunos. Desse modo, entende-se que conhecimentos interdisciplinares são fundamentais na qualidade da formação inicial de professores de Educação Física (Borella, 2010).

Pedrinelli e Verenguer (2008) também se posicionam favoráveis à interdisciplinaridade e refletem sobre a possibilidade de, por exemplo, se discutirem questões como lesão medular e suas consequências, numa aula de Anatomia. Ou, ainda, discutir questões de cunho pedagógico nas disciplinas relacionadas aos aspectos da atividade física, além de oferecer elementos para adaptar orientações, materiais ou estratégias de ensino que visem possibilitar a todos os alunos a oportunidade de aprendizado conforme os objetivos da Educação Física na escola.

A efetivação da interdisciplinaridade depende, primeiramente, da conscientização dos docentes que ministram as demais disciplinas, haja vista a necessidade de romper com alguns pré-conceitos em relação ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais em relação aos conteúdos da Educação Física, bem como é fundamental que esses docentes aprimorem seus conhecimentos na área da educação especial (Pedrinelli & Verenguer, 2008; Gomes, 2007).

Nesse sentido, de acordo com Pedrinelli e Verenguer (2008), pensar em alternativas que valorizem a interdisciplinaridade dessa temática nos cursos de Licenciatura em Educação Física consiste em promover reflexões buscando alternativas para que a cultura corporal de movimento, como um direito de todos, inclua alunos com necessidades educacionais especiais nas práticas das atividades físicas no âmbito escolar.

Procedimentos metodológicos

A fundamentação metodológica deste artigo ancorou-se na pesquisa qualitativa e exploratória, que, de acordo com Gil (2008), proporciona maior familiaridade com o tema proposto, com vistas a torná-lo mais explícito.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se por um Estudo de Caso. Esse tipo de estudo pode ser utilizado nas investigações que se propõem a averiguar, dentre outros elementos, a realidade das instituições e compreender a situação do contexto em que está se realizando determinada investigação, como é o caso da formação inicial de professores de Educação Física no contexto das disciplinas ofertadas na matriz curricular do curso em análise (Gil, 2008).

Também foi necessário um estudo documental, uma vez que foram estudados o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso e os planos de ensino das disciplinas que compõem sua matriz curricular. Um estudo documental consiste em uma fonte rica e estável de informações, enquanto que os documentos podem ser aqueles conservados em órgãos públicos e/ou instituições privadas (Gil, 2008).

Participaram do estudo todos os professores de um curso de Licenciatura em Educação Física da região oeste do Estado do Paraná em atividade no ano de 2016, totalizando 19 docentes. No que se refere à identificação, optou-se por codificá-los por letras (Professor A, Professor B...), no sentido de preservar-lhes a identidade.

Inicialmente, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste (CEP/Unioeste) em novembro de 2015 e obteve o Parecer Consubstanciado n. 1.310.899, favorável à sua realização. Na sequência, o procedimento para coleta de dados ocorreu de acordo com as seguintes etapas:

1ª Etapa: em outubro de 2016, realizou-se contato com a Coordenação do curso com o intuito de elucidar a natureza e os objetivos propostos, conforme explicitados na Carta de Apresentação do Estudo. Com o consentimento do coordenador, foi solicitado o PPP e os planos de ensino referentes às disciplinas ofertadas na matriz curricular no ano de 2016.

2ª Etapa: em novembro de 2016, foram encaminhados aos professores o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Questionário (elaborado pelos pesquisadores), respondido coletivamente por todos os 19 professores em uma reunião do Colegiado previamente agendada com o coordenador. Com a aplicação do questionário, constatou-se o número de professores que afirmaram abordar em suas disciplinas conteúdos referentes aos

alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o número dessas disciplinas.

3ª Etapa: no mês de janeiro de 2017, iniciou-se o estudo dos planos de ensino de cada uma dessas disciplinas, com o intuito de, além das respostas dos professores, identificar se estas apresentavam aspectos didático-pedagógicos que remetessem ao trabalho pedagógico com tais alunos.

Na análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo como recurso de apoio para a interpretação dos dados coletados (Bardin, 2011). Nessa técnica, o objeto de estudo e análise é o registro sistematizado e organizado presente em um texto ou documento (Bardin, 2011). Assim, para atender ao objetivo proposto, considerando os dados oriundos da análise das respostas dos professores e dos planos de ensino, buscou-se construir uma organização lógica desses resultados, os quais serão apresentados por quadros e discutidos a seguir.

Discussão dos resultados

Na sequência, apresentam-se os resultados obtidos no processo de coleta de dados, analisados com base nas respostas dos professores ao questionário aplicado, bem como, nos dados oriundos do estudo do PPP do curso e dos planos de ensino das disciplinas ministradas por esses professores.

Primeiramente, na aplicação do questionário aos professores que compuseram o corpo docente do curso no ano letivo de 2016, averiguou-se o número total de disciplinas e professores que as ministram, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1. Professores e disciplinas do curso no ano de 2016.

Prof.	Disciplinas ministradas	Tot.
A	Atletismo	01
B	Voleibol	01
C	Introdução à Educação Física; Técnicas de Estudos, Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos; Lutas; Jogos e Esportes Complementares; Prática no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).	05
D	Crescimento e Desenvolvimento Humano; Aprendizagem Motora; Seminário de Monografia.	03
E	Ginásticas; Ritmos e Dança; Jogos e Brincadeiras.	03
F	História da Educação Física e Esportes; Dimensões Socioculturais	03

	da Educação Física; Prática no Ensino Médio.	
G	Didática.	01
H	Psicologia da Educação; Legislação, Ética e Políticas Educacionais.	02
I	Prática na Educação Infantil; Prática no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).	02
J	Atividade Física e Pessoas com Deficiência.	01
K	Libras.	01
L	Anatomia Humana e do Movimento.	01
M	Métodos de Avaliação em Educação Física; Educação Física e Saúde; Optativa I (Natação).	03
N	Basquetebol; Futsal e Futebol.	02
O	Dimensões Teóricas e Filosóficas da Educação Física.	01
P	Bases Biológicas da Atividade Física; Fisiologia Humana; Socorros e Urgência.	03
Q	Recreação e Lazer.	01
R	Handebol.	01
S	Métodos de Pesquisa em Educação Física.	01

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Legenda. P: Professor; T: Total de disciplinas.

Segundo as informações explicitadas no referido quadro, o total de professores no ano letivo de 2016 foi de 19; enquanto o número de disciplinas ofertadas para todas as turmas da graduação (1º, 2º, 3º e 4º anos) foi 36. O total de disciplinas propostas na matriz curricular do curso, de acordo com o novo PPP, a partir do ano de 2014, é de 40. Entretanto, faz-se importante destacar que, no período de realização da pesquisa, quatro disciplinas se encontravam sem docentes responsáveis para ministrá-las, razão pela qual foram ofertadas somente a partir de 2017. São elas: Administração e Organização da Educação Física, 68 horas, anual; Didática da Educação Física, 68 horas, anual; Metodologia do Treinamento Esportivo, 68 horas, anual; e Optativa II (que não havia sido definida), 68 horas, anual.

Após ter-se levantado o total de disciplinas e de professores, verificou-se o número de professores que afirmaram contemplar em suas disciplinas conteúdos ou temas relacionados aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Quadro 2. Professores que afirmaram contemplar conteúdos e temas voltados aos alunos com NEE em suas disciplinas.

P	I	Formação
A	55	Graduação: Educação Física (Lic. e Bel.); Especialização: Educação Física Escolar; Voleibol; Mestrado: Ciência do Movimento Humano; Doutorado: Educação – Currículo.
B	43	Graduação: Educação Física (Lic.); Especialização: Educação Física; Mestrado: Educação Física – Avaliação em Educação Física; Doutorado: Educação Física – Avaliação em Educação Física.
C	25	Graduação: Educação Física (Lic.); Mestrado: Educação Física – Atividade Física Adaptada; Doutorado: Educação Física – Atividade Física Adaptada (em andamento).
D	42	Graduação: Educação Física (Lic.); Mestrado: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora; Doutorado: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora; Pós-Doutorado: Atividade Física e Saúde.
E	42	Graduação: Educação Física (Lic. e Bel.); Especialização: Atividade Física e Promoção à Saúde; Equoterapia.
F	42	Graduação: Educação Física (Lic. e Bel.); Pedagogia; Especialização: Psicopedagogia Clínica e Institucional; Educação Física Escolar; Mestrado: Educação – Educação e Aspectos Psicológicos Docentes; Doutorado: Educação – Formação de Professores.
G	46	Graduação: Pedagogia; Mestrado: Engenharia de Produção; Doutorado: Educação – Formação Continuada de Professores.
H	53	Graduação: Teologia; Mestrado: Educação – Educação nas Ciências; Doutorado: Teologia – Religião e Educação; Pós-Doutorado: Educação – Educação Popular.
I	49	Graduação: Educação Física (Lic. e Bel.); Especialização: Educação Física Escolar; Mestrado: Educação – Educação Motora; Doutorado: Educação Física – Pedagogia do Movimento.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Legenda. P: Professor; I: Idade (anos).

As informações contidas no Quadro 2 referem-se a nove, de um total de 19 professores, que no questionário afirmam

contemplar conteúdos ou temas que remetem a alunos com necessidades educacionais especiais.

Sobre a formação, observa-se que sete entre os nove possuem graduação em Licenciatura em Educação Física; desses sete, quatro possuem também a graduação em Bacharelado; e dois são graduados em outras áreas. O Professor F, além de graduado em Educação Física, é pedagogo.

Quanto à pós-graduação, consideraram-se cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Assim, somente uma docente é especialista; uma é mestre, com o processo de doutorado em andamento; cinco são doutores e dois são pós-doutores. Na área da Educação, três docentes possuem curso de mestrado; três de doutorado e um de pós-doutorado. Na área da Educação Física, cinco docentes possuem cursos de especialização; quatro de mestrado; três de doutorado e um de pós-doutorado. Constata-se que os dois docentes não graduados em Educação Física possuem pós-graduação em outras áreas, como o professor G, mestre em Engenharia de Produção, e o Professor H, doutor em Teologia (Religião e Educação).

Com base nessas informações, compreende-se que, independente da área, os cursos de graduação em Licenciatura devem possibilitar uma formação inicial que permita aos futuros professores desenvolver seu trabalho pedagógico com vistas a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. Dessa forma, é imprescindível que os docentes desses cursos possuam formação (graduação e pós-graduação) com um viés educacional, uma vez que estão contribuindo com o trabalho de professores que futuramente estarão diretamente envolvidos com a educação escolar.

Nesse contexto, observou-se que a Professora C possui formação específica na área da Atividade Física Adaptada², o que pode vir a

contribuir com a formação inicial dos acadêmicos em relação ao trabalho pedagógico junto a alunos com necessidades educacionais especiais. De acordo com Ribeiro (2009), uma das atribuições do trabalho docente universitário relaciona-se, entre outros elementos, com a formação (inicial e continuada) desse docente. Em outras palavras, ao se falar da atuação pedagógica com esses alunos, é imprescindível que ao acadêmico sejam possibilitados conhecimentos e vivências durante a graduação, advindos das disciplinas ministradas, preferencialmente, por profissionais que se dedicam a estudos e pesquisas na área.

No caso do curso estudado neste artigo, percebe-se que, embora nem todos os docentes tivessem formação na área da educação especial, eles demonstraram preocupação com o trabalho do futuro professor em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais ao afirmarem que abordam, em suas disciplinas, conteúdos ou temas relacionados a esse público.

Gomes (2007) constatou, em sua tese, que, das oito IES públicas paranaenses participantes do estudo, duas não haviam realizado concurso público para a contratação de professores para algumas áreas, dentre as quais a área da educação especial. Esse fato, segundo o autor, permitiu que docentes formados em outras áreas assumissem determinadas disciplinas para fechar sua carga horária de trabalho (Gomes, 2007).

Nesse contexto, Borella (2010) traz o seguinte questionamento: como justificar professores com formação em outras áreas atuando em áreas que não lhes são específicas? Essa questão nos impulsiona a pensar sobre a qualidade da formação inicial que os acadêmicos podem ter ao se tratar de disciplinas ministradas por docentes que podem não apresentar condições de preencher os requisitos exigidos na área. Por exemplo, como poderia ocorrer a formação inicial do acadêmico para atender alunos com necessidades educacionais especiais se a(s) disciplina(s) que trabalham essas questões fosse(m) ministrada(s) por um docente que não possui formação nem experiência e identificação para atuar com esses alunos?

Sob essa ótica, Ribeiro (2009) salienta que a compreensão de uma educação para todos se articula, para além da formação recebida por esse docente, com experiências por ele vivenciadas na área da educação especial. Assim, essas

ensino, pesquisa e aplicações práticas (Borella, 2010, p. 53).

² Segundo Borella (2010), no Brasil, a denominação 'Atividade Física Adaptada' vem se destacando de diversas maneiras, seja por meio de produção de conhecimento, como também do aprendizado em ambientes escolares, instituições especiais, entre outros, e até mesmo em competições internacionais em vários esportes praticados. Com isso, o autor conceitua a Atividade Física Adaptada como "um corpo de conhecimentos inter-relacionados, que agrega, sistematiza informações sobre o desenvolvimento científico, reunindo diversos campos de atuação da Educação Física, envolvendo as pessoas com deficiência, com finalidades de

experiências têm uma parcela significativa para a consolidação do trabalho docente, pois, além da formação continuada (em cursos de mestrado e doutorado, principalmente), é necessário levar em consideração também as situações práticas de atuação no âmbito da Educação Inclusiva (Ribeiro, 2009).

Com base nesse contexto e considerando o número total de disciplinas mencionado anteriormente, buscou-se averiguar quais delas contemplam conteúdos ou temas voltados a essa questão

Quadro 3. Disciplinas que contemplam conteúdos e temas relacionados aos alunos com NEE.

Disciplinas	P	A	CH	R
Atletismo	A	1	68	A
Ginásticas	E	1	68	A
Libras	K	1	68	S
Ritmos e Danças	E	1	68	A
Aprendizagem Motora	D	2	102	A
Atividade Física e Pessoas com Deficiência	J	2	102	A
Didática	G	2	68	A
Dimensões Socioculturais da Educação Física	F	2	68	A
Jogos e Brincadeiras	E	2	68	A
Lutas	C	2	68	A
Psicologia da Educação	H	2	102	A
Voleibol	B	2	68	A
Jogos e Esportes Complementares	C	3	68	A
Prática na Educação Infantil	I	3	102	A
Prática no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	C	3	102	A
Legislação, Ética e Políticas Educacionais	H	4	68	A
Prática no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	I	4	102	A
Prática no Ensino Médio	F	4	102	A

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Legenda. **P:** Professor; **A:** Ano de oferta da disciplina; **CH:** Carga horária (horas); **R:** Regime (anual ou semestral).

Os resultados denotam que 18 das 36 disciplinas ofertadas, ou seja, um total de 50% segundo afirmação dos participantes, contemplam conteúdos ou temas sobre a educação especial. Tal número evidencia-se como um resultado positivo tendo em vista que, quanto mais disciplinas contribuírem com vivências teóricas e práticas envolvendo os alunos com necessidades educacionais especiais durante as aulas de Educação Física, maiores

serão as possibilidades de sucesso no trabalho do professor com esses alunos.

Verificou-se que a maioria dessas disciplinas é ofertada no primeiro e no segundo ano da graduação, ou seja, 12 das 18 são ofertadas até a metade da duração total do curso. Acredita-se que elas estejam adequadas aos anos iniciais da graduação, uma vez que são oportunizadas experiências aos acadêmicos antes dos estágios ou da participação em projetos vinculados a escolas, onde pode haver alunos com necessidades educacionais especiais matriculados.

Ainda, sete disciplinas são voltadas às atividades práticas, o que oportuniza o aprendizado sob um viés coletivo e inclusivo. Ou seja, ao se trabalhar com atividades práticas de disciplinas, como Atletismo, Ginásticas, Voleibol, Ritmos e Danças, Jogos e Brincadeiras, Lutas e Jogos e Esportes Complementares no Contexto Escolar, o professor dispõe de uma gama de elementos e possibilidades de adaptações nas atividades e em suas estratégias de ensino, contribuindo com a participação de todos os alunos nas aulas (Cidade & Freitas, 2002; Ribeiro, 2009). Além disso, sabe-se que a natureza dessas aulas contribui de maneira positiva com o processo de inclusão na escola, uma vez que as atividades possuem caráter lúdico/recreativo, mediante práticas atrativas e divertidas, possibilitando que os alunos as realizem coletivamente e aprendam uns com os outros (Cidade & Freitas, 2002; Ribeiro, 2009; Ferreira et al., 2013).

Disciplinas como Libras, Aprendizagem Motora, Atividade Física e Pessoas com Deficiência, Didática, Dimensões Socioculturais da Educação Física, Psicologia da Educação, Legislação, Ética e Políticas Educacionais e todas as disciplinas de estágio, embora não especificamente voltadas às atividades práticas, podem contribuir com o trabalho do professor por contemplarem conteúdos que podem ser articulados com o contexto inclusivo e as necessidades educacionais especiais dos alunos (Ribeiro, 2009; Ferreira et al., 2013).

De acordo com Ferreira et al. (2013, p. 583), quando esses elementos são discutidos nas demais disciplinas, a “associação de termos, conceitos e especificidades de que cada área dispõe para contextualizar a intervenção nessa subárea” facilita a compreensão, por parte dos graduandos, acerca do trabalho pedagógico a ser

desenvolvido junto a alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, Gomes (2007) considera que a formação inicial poderia ser beneficiada se os professores universitários incluíssem questões relacionadas à escolarização desses alunos em suas disciplinas. Para o mesmo autor, tal prática levaria o acadêmico a perceber que a intervenção com esses alunos pode acontecer

[...] em todos os aspectos, em todas as circunstâncias, em todas as modalidades, bastando apenas adaptar à sua possibilidade, à sua realidade, mostrando que isso é totalmente possível, tanto aos olhos dos professores quanto aos de seus aprendizes (Gomes, 2007, p. 162).

A partir dessas informações, reitera-se a necessidade de uma interação entre todas as disciplinas. Concorda-se com Gomes (2007) e Borella (2010) ao afirmarem que trabalhar essas questões de modo isolado ou em uma única disciplina não é suficiente para que o professor tenha formação para atuar com o público da educação especial.

Pedrinelli e Verenguer (2008) compreendem que abordar questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais nas outras disciplinas consiste numa importante ferramenta que auxilia na preparação acadêmica voltada aos pressupostos epistemológicos da educação inclusiva.

Quanto à análise dos planos de ensino dessas 16 disciplinas, averiguou-se que, apesar de todas estarem de acordo com os aspectos pedagógicos no contexto escolar, oito (Ginásticas, Jogos e Brincadeiras, Voleibol, Psicologia e as quatro disciplinas de prática de ensino) contemplam elementos específicos relacionados à escolarização e inclusão de todos os alunos e outras oito (Atletismo, Lutas, Jogos e Esportes Complementares, Ritmos e Danças, Aprendizagem Motora, Dimensões Socioculturais da Educação Física, Legislação, Ética e Políticas Educacionais e, por fim, Didática) não se reportam a esses elementos. Todavia, apesar de os planos de ensino dessas oito disciplinas não elencarem especificamente esses conteúdos, os professores reafirmam a importância de abordá-los diante da atual realidade das políticas de Educação Inclusiva.

Cabe mencionar também que o curso contempla uma disciplina específica voltada ao

processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Isso vem demonstrar que o curso é um dos que obedecem às diretrizes dispostas na Resolução nº 03 (1987) e na Portaria nº 1.793 (1994), documentos que orientam a inclusão de, no mínimo, uma disciplina sobre essa temática em suas matrizes curriculares.

Averiguando essa realidade no contexto das IES do Estado do Paraná, segundo informações constantes do site do MEC³ referente ao ano de 2016, encontrou-se um total de 41 cursos de Licenciatura em Educação Física que seguem essa legislação. Por meio do endereço eletrônico de cada curso, notou-se que, em todos, a matriz curricular contemplava ao menos uma disciplina referente a essa temática.

Em contexto nacional, em sua tese, Borella (2010) verificou que, dentre as 17 IES que contemplavam essa disciplina em regime letivo anual, nenhuma a ofertava no primeiro ano; duas IES a ofertavam no segundo ano; 12 no terceiro ano; duas no quarto ano e apenas uma no quinto ano. Na tese de Gomes (2007), constatou-se que sete dentre os oito cursos estudados ofertavam essa disciplina no quarto ano do curso.

Quanto ao momento mais adequado, na graduação, para se trabalhar essa disciplina, Borella (2010) enfatiza que

[...] não deve ser precoce e, se possível, evitar pareamento com as ocupações comuns do final do curso, como, por exemplo, o trabalho de conclusão de curso, relatórios de estágios e até mesmo organização da formatura dos acadêmicos, principalmente por se entender que a área da Atividade Física Adaptada ainda é recente para os acadêmicos, diferentemente de outras disciplinas (Borella, 2010, p. 120).

Gomes (2007) também entende que ofertar essa disciplina no primeiro ano seja precoce, visto que os acadêmicos se deparam com conhecimentos gerais da Educação Física, como Anatomia, Biologia e as disciplinas que envolvem a elaboração e estruturação de trabalhos científicos, podendo não dispor de subsídios necessários para as discussões das

³As informações referentes aos cursos de graduação em todo o Brasil encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://emec.mec.gov.br>.

questões relativas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Pode-se perceber então que, na realidade do curso estudado, houve a preocupação em contemplar essa disciplina no segundo ano, permitindo que os acadêmicos tenham experiências e um embasamento, ao menos inicial, para realizar os estágios, participar de projetos vinculados à escola e, futuramente, atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino regular. Todavia, acredita-se que somente uma disciplina não forma o aluno em educação especial nem o capacita para atuar junto a alunos com necessidades educacionais especiais.

Porém, tanto as disciplinas específicas como as demais que abordem conteúdos ou temas articulados à realidade educacional desses alunos são fundamentais para que o futuro professor reflita que sua prática pedagógica encontrará dificuldades se for desenvolvida desconsiderando a realidade que ele encontra nas salas de aula. Isto é, o professor deve estar preparado para trabalhar com todos os alunos, seja com ou sem necessidades educacionais especiais e com as condições dispostas no contexto onde esse aluno encontra-se inserido.

Com relação às disciplinas que não contemplam determinados conteúdos ou temas, apresentam-se as informações de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4. Disciplinas que não contemplam conteúdos e temas relacionados aos alunos com NEE.

Disciplinas	P	A	CH	R
Anatomia Humana e do Movimento	L	1	102	A
Bases Biológicas da Atividade Física	P	1	68	A
Crescimento e Desenvolvimento Humano	D	1	102	A
História da Educação Física e Esportes	F	1	68	A
Futsal e Futebol	N	1	68	A
Introdução à Educação Física	C	1	68	A
Técnicas de Estudos, Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos	C	1	68	S
Dimensões Teóricas e Filosóficas da Educação Física	O	2	68	A
Fisiologia Humana	P	2	68	A
Métodos de Avaliação em Educação Física	M	2	68	A
Basquetebol	N	3	68	A
Educação Física e Saúde	M	3	68	A
Handebol	R	3	68	A
Métodos de Pesquisa em	S	3	68	A

Educação Física				
Optativa I(Natação)	M	3	68	A
Recreação e Lazer	Q	3	68	A
Seminário de Monografia	D	4	68	A
Socorros e Urgência	P	4	68	A

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Legenda. **P:** Professor; **A:** Ano de oferta da disciplina; **CH:** Carga horária (horas); **R:** Regime (anual ou semestral).

Com base nas respostas dos participantes e no estudo dos planos de ensino, das 36 disciplinas ofertadas no ano de 2016, 18, ou seja, 50% não trazem conteúdos que abordem alunos com necessidades educacionais especiais.

Desse número, apenas quatro (Futsal e Futebol, Basquetebol, Handebol e Recreação e Lazer) possuem características voltadas às atividades práticas que poderiam ser relacionadas à Educação Inclusiva. Por outro lado, pode-se dizer que disciplinas, como Anatomia Humana e do Movimento, Bases Biológicas da Atividade Física, Crescimento e Desenvolvimento Humano, História da Educação Física e Esportes, Dimensões Teóricas e Filosóficas da Educação Física, Fisiologia Humana, Educação Física e Saúde, Optativa I (Natação) e Socorros e Urgência, conforme reflexões realizadas anteriormente, também podem contribuir com a formação inicial e com o trabalho pedagógico dos futuros professores de Educação Física num viés inclusivo.

Nesse entendimento, concorda-se com a afirmação de Borella (2010) de que a contribuição de outras disciplinas não remete a alterações de suas ementas, mas que os planos de ensino devem contemplar conhecimentos relacionados aos alunos com necessidades educacionais especiais e seu processo de ensino e aprendizagem. Por exemplo, ao se trabalhar com disciplinas de modalidades esportivas, como o basquetebol, o autor apresenta, como sugestão,

[...] adicionar, no plano de ensino desta disciplina, conteúdos/conhecimentos pertinentes às práticas paralelas ao basquetebol convencional, por fim, conhecimentos acerca do basquetebol sobre cadeira de rodas. Entende-se que a referida disciplina deve contemplar conhecimentos gerais sobre tal modalidade esportiva, e que, dentre esses conhecimentos, contempla-se também o basquetebol sobre rodas. Desta forma, é proeminente que acadêmicos matriculados nesta disciplina tenham ciência da

diversidade que esta modalidade é empregada (Borella, 2010, p. 146).

Dessa forma, acredita-se que a formação inicial não só dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física estudado neste artigo, mas de todos os acadêmicos de cursos das diferentes áreas das licenciaturas pode ser enriquecida, haja vista que os conhecimentos interdisciplinares referentes ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais são fundamentais para a qualidade na formação (Gomes, 2007; Borella, 2010).

Para Gomes (2007), um modo bastante adequado para se discutir essas questões consiste em estruturar os cursos onde outras disciplinas contemplem esse assunto em suas ementas dentro de um viés educacional e inclusivo. O autor enfatiza que as disciplinas devem fazer parte de um todo, isto é, não devem ser contempladas isoladamente e sem função dentro da matriz curricular (Gomes, 2007).

Considerações finais

Com o término deste artigo, pode-se dizer que as disciplinas componentes da matriz curricular propostas no PPP vigente a partir de 2014 contribuem para a formação inicial dos futuros professores de Educação Física em relação ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido junto a alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, uma vez que, segundo os participantes, nelas são abordados conteúdos ou temas voltados ao trabalho com esses sujeitos.

Tal fato se deu mediante a resposta de nove entre os 19 professores que compuseram o corpo docente do curso no ano letivo de 2016. Nesse sentido, constatou-se que das 36 disciplinas ofertadas, 16 trabalham conteúdos ou temas voltados ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos, além das duas disciplinas específicas (Atividade Física e Pessoas com Deficiência e Libras), ou seja, 50% das disciplinas ofertadas em 2016.

Tão importante quanto a presença e a relevância desses conteúdos ou temas nas demais disciplinas do curso, foi constatar que os professores mostram o entendimento de que, no atual sistema educacional brasileiro, todos os alunos têm direito à educação e à participação nas aulas de Educação Física.

Verificou-se também, nos planos de ensino das 16 disciplinas não específicas na área da Educação Especial, que, embora oito não contemplem tais conteúdos ou temas, os participantes reafirmam a importância de abordá-los diante da atual situação das políticas de educação inclusiva e do contexto escolar que cada vez mais tem recebido alunos com necessidades educacionais especiais. Já nas outras oito disciplinas cujos planos de ensino contemplam esses conteúdos, notou-se que esses professores seguem o proposto no plano de ensino.

Finalmente, não se pode deixar de ressaltar a relevância de novos estudos que investiguem a contribuição das práticas interdisciplinares para a formação inicial dos futuros professores de Educação Física sob a ótica dos docentes universitários e dos acadêmicos e ainda, que objetivem averiguar a realidade do trabalho pedagógico desses docentes, no sentido de constatar como tais práticas interdisciplinares se efetivam no contexto do ensino superior.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borella, D. R. (2010). *Atividade Física Adaptada no contexto das Matrizes Curriculares dos Cursos de Educação Física* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Cidade, R. E., & Freitas, P. S. (2002). Educação Física e Inclusão: considerações sobre a prática pedagógica na escola. *Integração*, 14(1), 26-30.
- Ferreira, E., Lopes, R. G. B., Ferreira, R., & Nista-Piccolo, V. L. (2013). Um olhar sobre a Educação Física Adaptada nas Universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas. *Journal of Physical Education*, 24(4), 581-595.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, N. M. (2007). *Análise da disciplina de Educação Física Especial nas Instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Pedrinelli, V. J., & Verenguer, R. C. G. (2008). Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In M. G. Gorgatti, & R. F. Costa (Ed.). *Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais* (p. 1-27). Barueri, SP: Manole.

Recebido: 30/06/2017

Aceito: 22/08/2017

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008). Brasília, 2008. Recuperado em 03 maio, 2017, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

Portaria n. 1.793, de 27 de dezembro de 1994. (1994). Recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-politicoeducacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas e dá outras providências. Brasília, 1994. Recuperado em 13 abril, 2017, de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>

Resolução n. 03, de 16 de junho de 1987. (1987). Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, 1987. Recuperado em 15 abril, 2017, de http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf.

Resolução n. 07, de 31 de março de 2004. (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física em nível superior, de graduação plena. Brasília, 2004. Recuperado em 17 abril, 2017, de http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2004/res_2004_0007_CNE_CES.pdf

Ribeiro, S. M. (2009). *O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física.* (Tese de Doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

Silva, R. F., & Araújo, P. F. (2005). A Educação Física Adaptada e o percurso para sua alocação enquanto disciplina na formação superior. *Conexões*, 3(2), 15-34.